

**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO  
CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E  
AGRICULTURA FAMILIAR – CEDRAF**

**MINUTA DA ATA 69ª DA REUNIÃO DO CEDRAF REALIZADA EM 27/10/2015**

**PAUTA:**

| ITEM | HORA  | ASSUNTO  | RESPONSÁVEL  |
|------|-------|--|--|
| 1    | 8.15  | Credenciamento   | Secretaria Executiva   |
| 2    | 8.30  | Abertura e aprovação pauta   | Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara |
| 3    | 8.40  | Aprovação da ata da 68ª reunião  | Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara |
| 4    | 9.00  | Regulamento do Novo Código Florestal   | IAP  |
| 5    | 9.40  | Apresentação do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável – DRS para a agricultura familiar | Kleber Geraldo Vieira  |
| 6    | 10.20 | Informes da Câmara Técnica de Credenciamento de Ater   | Miriam Fuckner   |
| 7    | 11.00 | Informes sobre a Conferência de ATER e sobre o Seminário de Boas Práticas na ATER            | Miriam Fuckner   |
| 8    | 11.15 | Informes do Secretário da Agricultura e do Abastecimento e Presidente do Cedraf              | Secretário da Agricultura Norberto Ortigara                        |
| 9    | 11.40 | Assuntos Gerais  |  |
| 10   | 12.30 | Encerramento   |  |

1 Aos vinte e sete dias do mês de outubro de dois mil e quinze, realizou-se a sexagésima nona reunião  
2 do Cedraf, nas dependências do Instituto Emater no município de Curitiba – Paraná. **1.**  
3 **Credenciamento:** Estiveram presentes vinte e quatro conselheiros no exercício da titularidade  
4 atingindo o quorum para deliberação, mais dois conselheiros suplentes e dez convidados.  
5 **Conselheiros da Sociedade Civil:** Ivori Fernandes – Unicafes; Luiz Levi Tomacheski – Cresol;  
6 Elsidio Emilio Cavalcante – Fórum ATER; Lucia Buzato – Rede de Colegiados Territoriais; Nilton  
7 Agner Junior – Rede Ecovida; Ivo Barreto Melão – Rede Agroecologia; Maria de Aparecida Geffer –  
8 Representação de Mulheres; Marco Antonio Geffer – ARCAFAR; Marcos Junior Brambilla –  
9 FETAEP; Alexandre Leal dos Santos – Representante da Juventude; Vinicius Milani – SEBRAE;  
10 Nilson Camargo – FAEP. **Conselheiros do poder público:** Benedito Luiz Almeida - Emater; Cláudia  
11 Sonda – SEMA/IAP; Eloir Carlos Grande – SETI; Claudio Palosi - ALEP; Eloise Zanon Garcia –  
12 SEDS; Luiz Cláudio Maranhão Froufe – Embrapa; Reni Antônio Denardi – MDA; Leônidas Toledo  
13 Kaminski - Conab; Nestor Bragagnolo – SEPL; Cyro Fernandes Correa Junior – INCRA; Adelar  
14 Motter – IAPAR; Leoni Susuki - SEED; mais os suplentes Antônio Maciel Botelho Machado –  
15 Embrapa e Paulo Hidalgo – EMATER e como convidados: Marcos Luiz Maciel de Souza – Emater;  
16 Rubens Ernesto Niederheitmann – Emater; José Idílio Santos – EMATER; Nilson Padilha – Território  
17 PR Centro; Osvaldo Rachele – Território PR Centro; Roseli Pittner – CONSEA; Rafael de Mattos –  
18 ALEP; **Faltas justificadas:** SEAB; CEAGRO; Representação dos Quilombolas; AMP e FETRAF.  
19 **Faltas sem justificativas:** SFA/PR; APPA; SICREDI; Rede Puxirão, FEPAR; CCA; DESER, Fed.  
20 Pescadores e OCEPAR. Tendo em vista outros compromissos que impediram a presença do  
21 Secretário e Presidente do Cedraf Norberto Ortigara, o mesmo indicou para presidir a reunião o  
22 Diretor Presidente da Emater, Rubens Ernesto Niederheitmann, o qual compôs a mesa com a  
23 Secretária Executiva do Conselho Miriam Fuckner. **2. Abertura e aprovação da pauta:** Rubens  
24 Ernesto Niederheitmann fez a abertura da reunião e em seguida apresentou a pauta que foi  
25 aprovada pelo plenário do Conselho, com a inclusão de temas a serem apresentados pelos  
26 Conselheiros Ivori Fernandes – UNICAFES, Marcos da Fetaep e Reni do MDA. **3. Aprovação da ata**  
27 **da 68ª Reunião** que foi enviada anteriormente por meio eletrônico, foi aprovada sem alterações. O  
28 **item 4** da pauta não ocorreu tendo em vista que a representante do IAP designada para tratar o  
29 assunto não compareceu. **Item 5:** José idílio da Emater realizou a apresentação do **Plano de**  
30 **Desenvolvimento Rural Sustentável – DRS para a Agricultura Familiar**, inicialmente Rubens  
31 lembra que a lei de ATER Estadual prevê a elaboração do Plano Estadual de Desenvolvimento Rural  
32 Sustentável, a política e o programa de ATER. Houve a designação de um grupo, pelo presidente do  
33 conselho para elaborar essa proposta, mas que avançou pouco. Assim um grupo da EMATER  
34 construiu uma proposta e agora apresenta para análise dos conselheiros, e a partir daí iniciar um  
35 debate mais abrangente no estado. Convidou José Idílio e Marcos Maciel para fazerem a

36 apresentação. José Idílio diz ser este um desafio para a comissão composta por ele, Marcos Maciel,  
37 Benedito que é conselheiro, Kleber e Eder que não puderam estar presentes. Idílio justifica a  
38 ausência do “S” de sustentável no título, porque a lei se refere ao “PDR do Paraná”. Isto não quer  
39 dizer que no corpo do documento não se de ênfase à sustentabilidade. A concepção do Plano, além  
40 de considerar a legislação nacional e estadual, considera a participação da sociedade civil, a partir  
41 da conferência de desenvolvimento rural sustentável e demais demandas expressas pelas  
42 organizações dos agricultores familiares. O plano é esboçado com enfoque territorial e nas pessoas,  
43 é multidisciplinar e participativo, considera a nova ruralidade e a interação dos diversos atores. Foi  
44 considerado o cenário rural paranaense, a partir dos dados elaborados pela SEAB, que tem  
45 trabalhado um bom diagnóstico. O plano aborda o desenvolvimento sustentável, considerando os  
46 três eixos principais: o desenvolvimento social, a preservação e conservação ambiental e a  
47 economia. São apresentados alguns índices econômicos, tendo em vista que interferem bastante na  
48 renda da agricultura familiar, entre eles o Valor Bruto da Produção, destacando que mais de vinte e  
49 sete por cento dos estabelecimentos da agricultura familiar tem uma renda de até quatro mil reais ao  
50 ano. Também se verifica um acréscimo de rendas oriundas de atividades não agrícolas, sendo que a  
51 maioria dos municípios paranaenses é rural e na composição do IDH os dados que puxam o índice  
52 para baixo são os de emprego e renda. Em relação a política de desenvolvimento territorial, Idílio  
53 destaca que houve uma intensa movimentação dos agricultores familiares, visando a redução das  
54 desigualdades econômica, política e tecnológica da agricultura familiar, melhoria das condições de  
55 renda e qualidade de vida, sustentabilidade ambiental. No Paraná, a partir de dois mil e um, a  
56 FETAEP inicia com três territórios: São Jorge do Patrocínio, Ivaiporã e Querência do Norte. Mais  
57 adiante iniciam as experiências de formação do PR Centro e Cantuquiriguaçu. Hoje esta política está  
58 bem sedimentada no estado, considerando-se inclusive o programa estadual PRO RURAL que é  
59 executado a partir deste modelo. Obviamente alguns territórios avançam mais outros menos, mas  
60 uma questão inegável é a evolução do capital social, sendo notório o nível de entendimento e  
61 consciência, de discussão e participação. Idílio mostra no mapa os territórios já em funcionamento,  
62 destacando que ainda existem áreas que ainda não estão territorializadas. Valorizando estas  
63 iniciativas, o plano propõe a completa territorialização do estado, tendo em vista que esta abordagem  
64 facilita a discussão das questões que envolvem o desenvolvimento, e que hoje as pessoas já  
65 possuem uma certa identidade territorial, entendendo ser este um processo que só tende a se  
66 fortalecer, pois tem muitos resultados positivos e avanços significativos. Idílio encerra a sua parte e  
67 passa a palavra para o Marcos Maciel, que dará continuidade a apresentação. Marcos destaca que  
68 uma das propostas do plano é a territorialização de todo o estado, formando então dezenove  
69 territórios, abrangendo os municípios que ainda não estão incluídos. No desenho apresentado  
70 consta a junção do Arenito e do Noroeste; do Oeste já organizado, com o Costa Oeste que está se  
71 organizando; o Costa Norte; Norte Novo; Caminho das Tropas; Caminho da Lapa e Piquirivai são  
72 propostas de novos territórios, sendo que na hora da discussão com os municípios, passariam por  
73 ajustes. O Plano segue as diretrizes básicas da SEAB – renda no campo, sustentabilidade e  
74 qualidade de vida, segurança alimentar e nutricional, com as diretrizes de gestão que é a ação em  
75 grandes áreas regionais e de resultados. Propõe que seja considerada a divisão territorial, sendo  
76 que a gestão integrada para resultados seria realizada pela Rede Colegiada Territorial, com a  
77 participação da SEAB e do CEDRAF, isto é governo e sociedade civil organizada. Está conectado  
78 com as ações estratégicas da SEAB que são: elevar o VBP real do estado, aumentar a produção  
79 total, elevar a participação dos produtos hortícolas e pequenos animais no VBP que hoje está  
80 concentrado nas grandes lavouras e criações de grande porte, aumentar o número de  
81 estabelecimentos com receita bruta anual na faixa superior a dois salários mínimos e ampliar o  
82 número de micro bacias no estado com cursos de água potável e com agro sistemas equilibrados.  
83 Durante a elaboração do plano o grupo de trabalho concluiu que existem alguns fatores que são  
84 condicionantes para o desenvolvimento da agricultura familiar, destacando-se o ensino; pesquisa de  
85 tecnologias adequadas para a agricultura familiar; prestação do serviço de ATER; regularização  
86 fundiária, fator este que dificulta ou impossibilita as famílias a acessarem determinadas políticas  
87 públicas; regularização ambiental; infraestrutura para escoamento da produção, armazenamento,  
88 energia, entre outras; organização da produção para acessar o mercado e crédito rural. A proposta  
89 foi dividida em vários eixos de desenvolvimento: geração de trabalho e renda; promoção e inclusão  
90 social; acesso a terra; regularização fundiária; infraestrutura básica social e produtiva; solos, água e  
91 sustentabilidade ambiental; fortalecimento das instituições, nos quais são elencadas várias ações  
92 que significam projetos para o desenvolvimento da agricultura familiar. O plano também aponta  
93 indicadores de desempenho, que estão definidos para cada eixo específicos para cada projeto.  
94 Marcos destaca que o plano, além cumprir uma exigência legal da Lei de ATER, também, contribui  
95 para o processo de desenvolvimento construído com a participação do governo e da sociedade civil,  
96 respeitando a diversidade da agricultura familiar. Marcos Brambilla destaca a importância do trabalho  
97 de desenvolvimento territorial que foi feito em algumas regiões do Estado, em parceria da FETAEP  
98 com a Emater, UEM e Prefeituras Municipais, e que já naquela época discutiam que o caminho é

99 unir forças e que a organização territorial pode ser uma estratégia. Diz que as demandas dos  
100 agricultores familiares apontadas nas conferências, seminários e outros eventos estão representadas  
101 no plano apresentado. Claudia Sonda observa a importância da agricultura familiar na conservação  
102 da biodiversidade, sendo necessário pautar ações que considerem as técnicas e a troca de saberes  
103 com os agricultores, potencializando suas práticas com políticas públicas adequadas. Propõe a  
104 constituição de um grupo para promover um diálogo com os órgãos ambientais, no sentido de  
105 regulamentar as boas práticas. Lucia da Rede de Colegiados observa que o plano poderá contribuir  
106 no fortalecimento dos colegiados territoriais, dos conselhos municipais e seus respectivos planos de  
107 desenvolvimento. Benedito da Emater informa que através do CEDRAF foi possível acumular uma  
108 quantidade de material que diz respeito às demandas da agricultura familiar, nas conferências  
109 territoriais e estaduais de ATER e de Desenvolvimento Rural. Todo este material foi sistematizado e  
110 contemplado havendo um cuidado da equipe em elaborar um plano para a agricultura familiar e que  
111 se soma aos projetos estratégicos da SEAB. Nilton da FAEP ressalta a necessidade do CEDRAF  
112 cobrar e acompanhar a sua execução, para que não fique só na intenção. O plano será  
113 encaminhado de forma mais detalhada aos conselheiros para análise e sugestões que serão  
114 enviadas à equipe para serem incorporadas, ocorrendo a aprovação final na próxima reunião do  
115 conselho. Paulo Hidalgo lembra a necessidade de priorização das ações tendo em vista que os  
116 recursos são escassos, e que o plano pode dar o direcionamento. Ressalta que a movimentação  
117 territorial que já ocorre há vários anos serviu para dar alguns direcionamentos, salientando que o  
118 PRORURAL e as chamadas públicas são executados em territórios, trazendo muitos ganhos às  
119 populações rurais. Deputado Palozzi se manifesta em nome do bloco agropecuário da ALEP,  
120 referindo-se à importância de destacar a assistência técnica como prioridade no plano. Cita ainda a  
121 importância do trabalho junto aos jovens rurais realizado pelas Casas Familiares Rurais. Nilton da  
122 Rede ECOVIDA manifesta que o acompanhamento técnico é importante e menciona a validade da  
123 formação de agentes locais de desenvolvimento, agricultores, filhos de agricultores, lideranças locais  
124 que podem fazer este acompanhamento, com custo mais baixo e presença constante na  
125 comunidade. Focar na produção de alimentos e na agroecologia, uma vez que é demanda dos  
126 consumidores, assim como dos setores da saúde e ambiental. Miriam alerta sobre o papel do  
127 CEDRAF no acompanhamento e monitoramento das ações propostas no plano, assim como na  
128 proposição e elaboração de projetos, conclamando aos conselheiros nesta ação. Miriam informa os  
129 conselheiros sobre um trabalho de organização territorial no noroeste do estado, abrangendo os  
130 municípios no âmbito do COMAFEN, Consórcio voltado às questões ambientais na região. Rubens  
131 dá encaminhamento no sentido de que o plano seja analisado por todos os conselheiros, os quais  
132 farão sugestões, para que o plano possa ser aprovado na próxima reunião. Rubens realça a  
133 importância do plano o qual irá embasar o plano de ATER, serviço fundamental, já mencionado por  
134 outros conselheiros. Nilson sugere convidar outras entidades que poderão ou deverão se envolver  
135 na execução do plano, para participarem da reunião na qual o mesmo será apresentado, citando  
136 como exemplo a Agência de Desenvolvimento, recém-criada no estado do Paraná, por sugestão da  
137 FAEP. Melão se manifesta sobre a pauta da próxima reunião do conselho, tendo em vista que esta  
138 deverá ocorrer no CPRA, focada nas comemorações dos dez anos do Centro. Marcos da FETAEP  
139 sugere reordenar a pauta em conjunto com o CPRA e manter a apresentação do plano como  
140 prioridade, de forma a acontecer ainda este ano. Miriam esclarece que na última reunião o Melão  
141 apresentou a proposta de fazer a reunião do CEDRAF no CPRA, e que durante a reunião fosse dado  
142 destaque para a discussão da agroecologia, e da forma como a pauta esta sendo construída com a  
143 Câmara de Agroecologia, este tema irá tomar bastante tempo. Desta forma sugere ampliar um pouco  
144 mais a reunião do conselho, dando a possibilidade de apresentação do plano. Melão se manifesta  
145 favorável em pautar a apresentação do plano e atender as atividades relacionadas à agroecologia.  
146 Rubens dá encaminhamento ao tema apontando o dia quinze de novembro para recebimento das  
147 sugestões dos conselheiros ao plano. **6. Informes da Câmara de Credenciamento de ATER –**  
148 Miriam informa sobre a renovação da entidade Biolabore de Santa Helena, Planapec de Jataizinho e  
149 Instituto Biossistêmico de Piracicaba. A Câmara credenciou a Associação de Criadores de Ovinos,  
150 de Guarapuava e a Associação Terceira Via está em análise para renovação. Miriam destaca que o  
151 Paraná tem trinta e uma entidades de ATER com credenciamento ativo; dezoito entidades em  
152 cadastramento, isto é, que iniciaram o processo, mas não finalizaram e mais quatro que tiveram o  
153 credenciamento expirado. Reni Denardi questiona sobre a manutenção da expressão  
154 “credenciamento”, quando houve um encaminhamento para que esta se tornasse Câmara de ATER,  
155 com a ampliação de suas atribuições, abrangendo também o debate da inovação tecnológica,  
156 incluindo a pesquisa-ensino-extensão. Miriam esclarece que está elaborando o regimento da  
157 Câmara, alterando a sua nomenclatura e ampliando suas atribuições, para colocá-lo em apreciação  
158 no conselho. Paulo Hidalgo manifesta-se sobre a necessidade de trazer para o debate no CEDRAF a  
159 questão da rede de ATER com envolvimento também dos municípios. Lucia Busato denuncia que  
160 nos municípios, as secretarias de agricultura são desestruturadas, sem capacidade de prestar um  
161 atendimento básico aos agricultores, que são a base da economia. Sugere que o estado e o MDA

162 repensem a questão legal e passem a exigir a manutenção de quadros técnicos, a exemplo do  
163 sistema de saúde e de assistência social. Rubens declara ser este um serviço de extrema  
164 importância, embora não seja considerado essencial, assim como a saúde, mas precisa ser avaliado  
165 o impacto que a assistência técnica tem na vida do agricultor, na dinamização das economias locais,  
166 na orientação para a inovação tecnológica. Cyro reforça a necessidade da estratégia da  
167 obrigatoriedade normativa, da exigência da contrapartida dos municípios nas políticas públicas. **7.**  
168 **Informes sobre a Conferência de ATER e sobre o Seminário de Boas Práticas na ATER –**  
169 Miriam informa que a 2ª CEATER estava prevista para dezembro, porém até que os recursos fossem  
170 garantidos restou pouco tempo para abrir processo licitatório. Sendo assim a Comissão  
171 Organizadora Estadual decidiu transferir a conferência estadual para quinze a dezessete de março  
172 do próximo ano, tendo em vista que a CNATER foi transferida de abril/2016 para trinta e um de maio,  
173 um, dois e três de junho. Miriam ainda esclarece que a 2ª CEATER inicia no dia quinze de março no  
174 final da tarde com a abertura oficial encerrando suas atividades no dia dezessete pela manhã logo  
175 após o almoço e que ainda não tem local definido. Miriam volta a reafirmar o convite para as  
176 entidades comporem as subcomissões de metodologia e infraestrutura, sendo que na de  
177 infraestrutura tem o Masaru representando a SEAB; o Javier representando o Fórum das Entidades  
178 de ATER; Orivaldo pela FETAEP e o Benedito da Emater, como coordenador. Na subcomissão de  
179 metodologia tem o Leitão do MDA como coordenador, o professor Rogério que representa as  
180 universidades na Câmara de ATER, o Raul Brianese da Emater, o Elsidio do Fórum das entidades  
181 de ATER, o Dant do MDA e a Miriam pelo CEDRAF. A FETAEP indica a Daiane, o Nilton da  
182 ECOVIDA e o Ivory da UNICAFES se dispõem a integrar a subcomissão de metodologia. O  
183 deputado Palozzi indica o Rafael da ALEP para compor a subcomissão de infraestrutura. Miriam  
184 anuncia que o DATER/MDA está lançando um seminário nacional de boas práticas de ATER. O  
185 evento foi divulgado pela Delegacia do MDA entre as entidades que prestam serviço de ATER para  
186 que elas inscrevessem suas práticas dentre os temas definidos. Havia uma orientação do ministério  
187 para que os estados constituíssem uma comissão para análise e avaliação das experiências, sendo  
188 que o Paraná optou por trazer este processo para a Câmara de ATER. As experiências do Estado  
189 que forem selecionadas serão encaminhadas para Brasília, onde a comissão nacional fará a seleção  
190 entre as experiências apresentadas por todos os estados, sendo que estas serão apresentadas no  
191 seminário de boas práticas de ATER a realizar-se no período de um a três de dezembro. O Reni  
192 Denardi esclarece que o seminário de Boas Práticas tem por objetivo sistematizar e socializar boas  
193 práticas de ATER, sendo que o Paraná apresentou dezessete experiências. À tarde a Câmara de  
194 ATER se reunirá para discutir sobre o processo de avaliação e seleção, para encaminhar o resultado  
195 a Brasília até o dia trinta de outubro. Cada estado poderá concorrer em Brasília com até quatorze  
196 experiências, isto é, uma por categoria. No seminário serão apresentadas vinte e oito boas práticas e  
197 todas as que forem selecionadas nos estados serão publicadas. Miriam lembrou que na última  
198 reunião houve a apresentação do GT Mercados Institucionais, ficando alguns encaminhamentos  
199 para o CEDRAF, entre eles o de solicitar ao CONSEA a indicação de um representante para compor  
200 o GT, sendo indicada como titular a Tammy Refaelle Kochanny, da Associação Social do Paraná e  
201 como suplente a Roseli Pittner, presidente do CONSEA. **8. Informes do Secretário da Agricultura**  
202 **e do Abastecimento e Presidente do Cedraf:** Rubens relatou sobre o desempenho do Programa  
203 Plante seu Futuro, que surgiu da necessidade de reduzir o volume de agrotóxicos utilizado nas  
204 culturas assim como a ocorrência de erosão de solo, tendo em vista que muitos agricultores estão  
205 destruindo os terraços. O programa já está em seu terceiro ano, trabalhando com cento e cinquenta  
206 propriedades de referência em todo o estado, utilizando o manejo integrado de pragas, onde foi  
207 possível reduzir o número de aplicações em cinquenta por cento. O programa Plante seu Futuro tem  
208 enfoque na redução do uso de agrotóxicos, no manejo de solos e no combate às formigas  
209 cortadeiras. É realizado em parceria da SEAB, Emater, Embrapa, Ocepar, Faep e Fetaep, Itaipu,  
210 Iapar e Adapar. Rubens também informa sobre o Programa Pecuária Moderna, com o objetivo de  
211 recuperar a produtividade da pecuária de corte, sendo que estão sendo realizados seminários  
212 regionais, onde além de debater os aspectos relacionados a atividade é composto um comitê gestor  
213 do assunto na região. Comunica que no site da SEAB está o Plano de Governo para a Agricultura  
214 Paranaense, apresentando uma visão da Secretaria sobre as principais cadeias produtivas do  
215 estado e projetos prioritários para cada região, incluindo a questão social e ambiental. Nilton relata  
216 que está fazendo um curso em parceira do CPRA, Emater, Rede Ecovida, do MDA e INCRA, são em  
217 torno de oitenta técnicos e agricultores, focando o não uso de agrotóxicos, mais especificamente a  
218 homeopatia animal e vegetal. Diz necessitarem de recursos, uma vez que o curso está sendo  
219 custeado pelos próprios técnicos e agricultores, sendo que é necessário planejar mais formação  
220 neste conteúdo. **9. Assuntos gerais 1 – Ivori da Unicafes** fala da necessidade e urgência de  
221 contratação dos técnicos da Emater, que estava programada para março deste ano, foi prorrogada  
222 para outubro e novamente para março do ano que vem. Todos sabem da contribuição dos técnicos  
223 da Emater na execução de diversas políticas públicas para a agricultura familiar e entende que o  
224 CEDRAF deveria se manifestar solicitando agilidade nestas contratações. Outra questão é sobre o

225 fechamento das Casas Familiares Rurais e Escolas do Campo, que as Prefeituras Municipais não  
226 tem condições para custear as despesas em sua totalidade, uma vez que o estado irá manter  
227 somente os professores. Esta é uma das estruturas que formam agricultores para continuarem na  
228 propriedade, que realmente atua na sucessão familiar. Marco da ARCAFAR informa que o Secretario  
229 da Agricultura já se manifestou perante SEED sobre esta questão e não obteve êxito. A Arcafar não  
230 foi informada dessa negociação que está sendo feita com os prefeitos, foi uma iniciativa da SEED  
231 diretamente a AMP. Estão tentando marcar uma reunião com a SEED para apresentar uma  
232 contraproposta e ainda não foram atendidos. O ofício enviado aos prefeitos expressa que o termo de  
233 cooperação encerra-se em dezembro e que os professores serão contratados através de processo  
234 seletivo, ao que a Arcafar não se contrapõem, porém a preocupação recai sobre os critérios de  
235 seleção, porque podem ser contratados profissionais que não tenham experiência de trabalhar com a  
236 pedagogia da alternância. Já é uma dificuldade para os municípios manterem os gastos com a  
237 manutenção da escola e agora, num calculo feito por baixo este custo deve aumentar muito, com a  
238 contratação dos demais funcionários. Sugere como encaminhamento o apoio do deputado em  
239 realizar uma audiência pública ou reunião ampliada para tratar o assunto. Sobre os dois assuntos  
240 trazidos pela Unicafes Reni Denardi sugere que o CEDRAF faça uma manifestação formal, em todas  
241 as instâncias do governo do Estado, inclusive o governador, sobre a urgência de contratação dos  
242 técnicos da Emater, mesmo que de forma parcelada. Em relação as escolas do campo também  
243 sugere que o CEDRAF encaminhe ofício solicitando que o governo de estado, em especial a SEDD  
244 reconsidere sua posição em relação ao fechamento, pois está adotando um procedimento pouco  
245 democrático e pouco transparente. Reforça também, junto ao deputado Palozzi, a realização de uma  
246 audiência pública, para que este tema não seja encaminhado assim sem debate e somente através  
247 de ofício aos prefeitos. Reni manifesta ainda que o MDA, nos últimos anos, tem colocado recursos  
248 para reforma e construção de CFRs e cita como exemplo a construção da CFR de Wenceslau Braz  
249 que já está pronta há mais de dois anos, cujo projeto foi aprovado pelo colegiado territorial, com  
250 investimento de mais de um milhão de reais, mas que ainda não começou a funcionar porque o  
251 estado não cumpriu com o compromisso que tinha assumido. Rubens oferece a palavra à  
252 representante da SEED e Leoni manifesta que todos os prefeitos dos municípios que tem CFR foram  
253 convidados, mas que nem todos participaram, nem justificaram a ausência e dos que estiveram  
254 presentes, poucos se manifestaram a favor de manter a CFR. Cyro do Incra diz que a impressão  
255 deixada pela fala da representante da SEDD é que tudo ficará sob a responsabilidade dos prefeitos.  
256 Porém nem todos os prefeitos estão em condições de saber o que significa a pedagogia da  
257 alternância e as CRFs para a sucessão da agricultura familiar. Então quem tem consciência do que  
258 está acontecendo não pode permitir que isto ocorra. O deputado Palozzi manifesta que para marcar  
259 uma audiência publica na ALEP precisa haver disponibilidade de salas, mas que é possível. Sugere  
260 que o ofício também seja enviado para à AMP. Rubens dá encaminhamento a proposta de enviar  
261 ofícios do CEDRAF ao governo, secretarias afins e AMP, referentes a contratação dos técnicos da  
262 Emater e a situação das CFRs, destacando a representatividade do CEDRAF, a gravidade e  
263 urgência dos fatos, além de o deputado verificar a possibilidade da audiência pública. Ainda por  
264 sugestão dos conselheiros, Rubens se propõe de encaminhar junto ao secretário Norberto, a  
265 possibilidade de uma audiência com o governador. Deputado Palozzi convida os conselheiros para  
266 uma audiência publica que será realizada em onze de novembro, às nove horas no plenarinho, para  
267 debater sobre a organização da cadeia produtiva da bovinocultura do leite, assumindo de repassar a  
268 todos através de correio eletrônico os resultados da audiência. Informa ainda que foi aprovado na  
269 ALEP um projete que dá concessão para várias empresas particulares construir em vinte e oito  
270 barragens em varias bacias hidrográficas do estado. Junto foi aprovado que os agricultores poderão,  
271 abaixo das barragens, desenvolver a piscicultura e a irrigação. Convida os conselheiros a uma  
272 reflexão: o Estado do Paraná gasta acima do limite mínimo com educação, sendo o estado que mais  
273 possui universidade pública de nível superior, e uma boa parte das vagas são ocupadas por alunos  
274 que não moram no Paraná. Diante desta realidade apresentou um projeto de lei que está tramitando  
275 na CCJ, que define uma cota de dez por cento das vagas nas universidades estaduais para filhos de  
276 agricultores, que vivem em regime de economia familiar, nos cursos de ciências agrárias, para o qual  
277 solicita uma manifestação dos conselheiros se concordam ou não com a proposta. **Assuntos gerais**  
278 **2** – Marcos da FETAEP faz a leitura de um ofício enviado ao conselho pelo Presidente da FETAEP,  
279 mencionado o congresso realizado pelas mulheres trabalhadoras rurais do estado do Paraná e  
280 referindo-se à proposta de alteração na lei de aposentadoria, especificamente em relação à idade  
281 mínima, solicitando que o CEDRAF promova debates sobre o assunto em suas reuniões. Marcos  
282 entrega o ofício à mesa, informa que a FETAEP é contra a esta mudança e solicita que o conselho  
283 se manifeste oficialmente contrário à alteração da lei. **Assuntos gerais 3** – Cyro do Incra, informa  
284 sobre a terceira jornada Questão Agrária e Desenvolvimento, organizado pelo Centro de Estudos  
285 Rurais da UFPR, com o tema Sujeitos na Soberania Alimentar, que ocorrerá no período de onze a  
286 treze de novembro. Destaca ainda que o INCRA deverá publicar, nos próximos dias, a quarta  
287 chamada publica de ATER. Diz que tem chamadas em andamento que poderiam ser renovadas,

288 mas que por problemas ocorridos durante a sua execução, o mais adequado será um novo edital,  
289 que acolherá várias reivindicações das entidades prestadoras de ATER. Destaca que a chamada  
290 pública atenderá todos os assentamentos que estão sob a gestão direta do INCRA. **Assuntos**  
291 **gerais 4** – Reni Denardi informa que no mês de outubro o MDA firmou dois contratos com o Instituto  
292 Emater, para prestação de ATER a produtores de uva, sendo um lote na região metropolitana, sul e  
293 centro sul e outro no oeste paranaense. Um terceiro lote está sendo contratado com o Centro de  
294 Apoio aos Pequenos Agricultores - núcleo de Verê, para atender o sudoeste. Ao todo serão  
295 atendidos um mil e duzentos produtores de uva, o que dá três milhões e seiscentos e quinze mil  
296 reais para três anos. Na semana passada foi divulgada a seleção da ADEOP para atuar em dois  
297 lotes da chamada pública para jovens agricultores familiares, envolvendo quase a totalidade do  
298 Território Cantuquiriguaçu, o município de Bituruna, parte do Paraná Centro, Caminhos do Tibagi e  
299 Vale do Ivaí. Serão atendidos oitocentos jovens com três milhões e seiscentos mil reais. No mês de  
300 setembro o MDA liberou dois milhões e trezentos mil reais para o Instituto Emater, sendo que um  
301 milhão e duzentos mil reais serão destinados para a compra de veículos para os quarenta e dois  
302 municípios do Território Sudoeste, visando fortalecer o trabalho da ATER na pecuária de leite. Os  
303 veículos serão cedidos aos municípios com a condição de serem usados por técnicos da  
304 municipalidade que atuam no projeto. **Assuntos gerais 5** – Maciel da Embrapa anuncia sua eleição  
305 para a vaga de representante dos trabalhadores no conselho de administração da Embrapa.  
306 **Assuntos gerais 6** – Osvaldo do Território Paraná Centro parabeniza o conselho por acolher o  
307 Plano de DRS e coloca o Território Paraná Centro para contribuir na proposta. Solidariza-se com a  
308 questão das CFRs e se disponibiliza a contribuir no que for possível. Diz que foi criado um grupo no  
309 Território o qual elaborou uma proposta de ATER, a qual será encaminhada para o CEDRAF.  
310 Menciona que estão fazendo uma rodada nos dezoito municípios do Território, para implantação do  
311 SUASA, manifestando que estes municípios possuem secretaria da agricultura, com profissionais  
312 contratados. Agradece o apoio pessoal e financeiro que recebeu nos dois últimos anos na sua luta  
313 contra o câncer. Melão reforça o convite a todos os conselheiros para a próxima reunião do CEDRAF  
314 em conjunto com a Câmara de Agroecologia, que ocorrerá no CPRA no dia oito de dezembro. A  
315 pauta da reunião está concentrada na temática da agroecologia, versando sobre os eixos  
316 estruturantes do Programa Paraná Agroecológico, a ATER, pesquisa, comercialização, organização  
317 dos agricultores. Adianta que a Câmara de Agroecologia pretende fazer um pré-lançamento de uma  
318 política estadual de agroecologia, demandando o apoio do deputado Palozi. Lucia Buzato informa  
319 que o Território do Vale do Ivaí em parceria com a IFPR – Campus de Ivaiporã está promovendo o  
320 terceiro encontro em agroecologia, cujo lema é a produção de alimentos garantindo a vida, sendo  
321 que paralelamente estará ocorrendo o quarto encontro sobre sustentabilidade da produção do leite,  
322 terceiro encontro sobre a sustentabilidade da produção vegetal e a primeira semana de agroecologia  
323 do IFPR. **11. Encerramento.** Rubens agradece todo o apoio que tem recebido no que se refere a  
324 contratação dos novos funcionários, declarando que entende que a extensão precisa se renovar e  
325 muitos dos técnicos que hoje atuam, em breve estarão se aposentando e a Emater ainda tem um  
326 papel a cumprir. O processo de contratação está na PGE e irá para a Casa Civil para assinatura do  
327 decreto do PDV, sendo este uma reivindicação dos funcionários e uma oportunidade de  
328 desoneração da folha. O que se propõe ao governador é reduzir a folha e contratar novos  
329 funcionários, sendo plenamente possível fazer isto sem comprometer o estado na lei de  
330 responsabilidade fiscal. Hoje existe o comprometimento do Secretário da Fazenda ao Norberto e ao  
331 Rubens de que em fevereiro acontece o desligamento dos funcionários que aderirem ao PDV e a  
332 contratação dos novos em março. Transmite recado do Secretário Norberto que solicita desculpas  
333 pela ausência e encerra a reunião agradecendo a presença dos conselheiros e convidados,  
334 manifestando a honra de poder acolher as reuniões do conselho na Unidade Estadual da Emater e  
335 desejando um bom retorno a todos. Eu Miriam Fuckner Secretária Executiva redigi a presente ata  
336 que deverá passar por análise, correção e aprovação dos conselheiros e após será assinada por  
337 mim e pelo Presidente do Cedraf.

338

339

340

341

---

342 Miriam Fuckner

---

Norberto Anacleto Ortigara

343 Secretária Executiva do Cedraf

Presidente do Cedraf